Por Vitor Nuzzi

Sócio do M3BS Advogados fala sobre liminares sem avaliação técnica, decisões que não seguem os critérios do STF e como elas impactam na governança das operadoras

Fundador e CEO do escritório M3BS Advogados, ativo desde 2009, Lucas Miglioli vê evolução na governança das operadoras dos planos de saúde, principalmente a partir da ação regulatória da ANS. Mas detecta pressão contínua sobre as empresas devido ao custo assistencial, entre outros fatores. “As margens são muito apertadas”, afirmou. “Isso é um ponto crucial quando a gente começa a olhar para aumento da abrangência das coberturas.” E o Judiciário tem papel importante nesse aspecto, na medida em que tratamentos e medicamentos são incorporados. Os magistrados, disse Miglioli, precisam analisar os processos de forma crítica e técnica. Mas nem sempre isso acontece. “É muito factível, é de certa forma provável, que quando um beneficiário distribui uma ação judicial, ele vai conseguir uma liminar, ele vai conseguir antecipação de tutela sem uma análise mais aprofundada do pedido.” Além disso, o escritório costuma se deparar com decisões de primeira instância que contrariam jurisprudência do próprio STF (Supremo Tribunal Federal).

Membro da Comissão Permanente de Governança e Integridade da seção paulista da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) – coordena um grupo sobre saúde suplementar – e com especialização em Direito Médico, Miglioli também é o organizador do livro O Aprimoramento do Ecossistema de Saúde Brasileiro, lançado pelo M3BS em 2024. Dividido em quatro capítulos, com 32 artigos, a obra discute temas como gestão estratégica, governança corporativa, decisões médicas e empresariais, compliance e regulação. Na entrevista a seguir, ele fala sobre o papel central da agência reguladora, a evolução e os desafios do setor, como grandes e pequenas fraudes, estas “mais nefastas”, segundo ele. “Estou sempre buscando um olhar sobre a responsabilidade do gasto.”

Leia aqui na íntegra.

Fonte: Saúde Insider, em 16.11.2026